

ALFORRIAS EM RIO DE CONTAS-BAHIA

Resenha: ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. *Alforrias em Rio de Contas-Bahia: século XIX*. Salvador: EDUFBA, 2012. 204 p.

Antônio Nonato Santos Oliveira¹

Mestrando em História Social pela Universidade Federal da Bahia

Os estudos sobre os sertões baiano estão avançando. Antes relegados a plano secundário e a iniciativa obstinada de memorialistas, hoje eles ganharam contornos acadêmicos de qualidade excepcional. Situação essa creditada especialmente à criação e ampliação de cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu* no Estado da Bahia. O livro *Alforria em Rio de Contas* de Katia Lorena Novais Almeida é um produto típico deste cenário. Graduada (1991) em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Mestre (2006) e Doutora (2012) em História Social pela Universidade Federal da Bahia – UFBA, Almeida nos brinda com um livro resultado de sua dissertação de mestrado, publicado pela Editora da UFBA. Nas duzentas e quatro páginas do livro, a autora explora com detalhes o ato de alforriar, no século XIX, em um ambiente longe dos grandes centros tradicionais dos estudos sobre a escravidão baiana, Salvador e o Recôncavo. Lega-nos uma importante contribuição para o entendimento da alforria e da escravidão.

O tempo cada vez mais exíguo em uma pós-graduação não permite uma abordagem que abarque de todos dos aspectos da escravidão, mesmo numa pequena comunidade com Rio de Contas. Em tempos de “Clio despedaçada”, Almeida se atém exclusivamente ao estudo da manumissão. Quem quiser saber sobre outras facetas da escravidão na região nos oitocentos, a exemplo do tráfico interprovincial, compra e venda, terá que consultar literatura específica sobre o tema. Todavia, a escolha de se concentrar nas alforrias, antes de representar fragilidade, constituiu ponto forte do trabalho, pois assim a autora pode concentrar seus esforços e praticamente esgotar as possibilidades de análise sobre o tema na região de Rio de Contas, constituindo uma das pesquisas mais completas sobre alforria nos sertões baianos oitocentista. O importante estudo de Maria

¹ Trabalho resultante da disciplina História Social, ministrada pelo Prof. Dr. Marcelo Lima.

de Fatima Novaes Pires sobre aspectos da alforria na mesma Rio de Contas se concentra no final do século XIX.²

Almeida persegue alforriados e senhores utilizando, sobretudo, livros de notas de tabelião, inventários, testamentos, registro de batismo, e estabelecendo relação entre esses documentos diversos. Dessa forma, a minuciosa pesquisa documental é uma das qualidades do trabalho, além do diálogo com uma hidrografia variada e adequada ao tema. Como resultado nos apresenta dados e trajetórias de pessoas envolvidas com alforria, fenômeno tradicionalmente tido como ato de concessão senhorial, mas que, após ler este livro, percebe-se que vai além disso, os escravizados foram parte importante nesse processo, tornando-o um ato complexo em que as posições extremistas a favor ou contra a atuação do escravo não dão conta de explicar.

A historiadora utiliza métodos quantitativos, tão largamente e competentemente usados nos pioneiros sobre alforria de Kátia Mattoso e Stuart Schwartz. Contudo, acrescenta uma recomendação deste último sobre a necessidade de uma abordagem que revelasse as pessoas e suas contradições por traz dos números.³ Desta forma faz surgir da documentação, como suporte para os seus argumentos, múltiplas histórias de escravistas e escravizados no alto sertão baiano. Aliás, entre as recomendações do Schwartz está a de extensão dos estudos sobre as alforrias para diversas localidades do Brasil, para termos melhores estatísticas, somente assim se terá ideia abrangente do fenômeno, o que o livro atende muito bem. Neste interim, sendo a sertão baiano tão grande e variado, urge o surgimento de estudos sobre as suas mais diversas localidades. Para região oeste baiano, por exemplo, há um silêncio quase que absoluto sobre as dinâmicas escravistas.

O livro é estruturado em quatro capítulos. No capítulo um, apresenta cenário da escravidão em Rio de Contas; no dois trata do contexto das alforrias, classificação e tipologias, fundamento legal, formas de pagamento e formação de pecúlio; no capítulo três traça o perfil de escravos e alforriados e no quatro discute as justificativas usadas pelos senhores para alforriar. O que foi observado durante as pesquisas relatamos a seguir.

Sobre Rio de Contas, o estudo revela uma economia superdependente agrícola, para uma localidade prosperou com a descoberta de ouro na segunda metade do século anterior ao estudo em tela. O algodão era uma cultura importante, mas a policultura de

² Maria de Fatima Novaes Pires, *Cartas de Alforria: "para não ter o desgosto de ficar em cativo"*. Revista Brasileira de História, v. 26, pp. 141-174, 2006.

³ Ver Kátia M. Queirós Mattoso, *Da Revolução dos Alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX: itinerários de uma historiadora*, Salvador, Corrupio, 2004; Stuart Schwartz, *Escravos, roceiros e rebeldes*, São Paulo, Edusc, 2001, pp. 171-218.

gêneros alimentícios era o carro chefe da economia, reforçando a tese de pecuária e policultura de Erivaldo Neves para os sertões baianos⁴. Os homens escravizados trabalhavam em sua grande maioria nos serviços de roça, na atividade de vaqueiro e serviços de tropas e em menor número em outras atividades com ferreiro, músico garimpeiro, pajem, telheiro. Já as mulheres atuavam nos serviços de roça, no serviço de casa e como costureiras e cozinheira. Em relação à posse, havia um predomínio do pequeno escravista, todavia a maior parte da escravaria estava na posse dos médios e grandes proprietários. O estudo reforça a tese de que os pequenos proprietários alforriavam com mais intensidade que os detentores de grandes escravarias, o que é explicado pela maior proximidade dos sujeitos, mas que também pode ser indicativo de menor poder de negociação dos pequenos detentores conforme aponta Robert Slenes no prefácio à obra. A posse de escravos era permitida a todos que tivesse condições econômicas de adquiri-la, até mesmo ao próprio escravo. Almeida mostra também um universo sertanejo complexo refutando conceitos simplistas e deturpados sobre o sertão.

No segundo capítulo, a autora analisa 1655 cartas de liberdade registradas no cartório e que resultaram em 1777 alforriados. Pouco menos de metade pagou pela manumissão, sendo cerca de 1/3 das alforrias concedidas “gratuitamente”, as demais, condicionadas a alguma obrigação. 33 escravos adquiriram sua alforria utilizando como pagamento outro escravo, número superior aos 28 casos encontrados por Daniele Souza em 1.329 cartas para Salvador nos setecentos e proporcionalmente maior que os 35 casos que Mieko Nishida identificou em 3.516 cartas analisadas entre 1808 a 1888.⁵ Além da complexidade do sistema escravista, tais dados revelam a capacidade do escravo adquirir economia própria e pecúlio mesmo antes da sua regulação em 1871. Quando discorre sobre as implicações as leis abolicionistas ao longo dos oitocentos constata que, além da lei de cessão do tráfico atlântico de 1850, a crise gerada pela grande seca no sertão baiano de 1860 encarece a mão de obra escrava, contudo não causa grandes impactos na alforria, tão somente um declínio tímido nas alforrias pagas incondicionalmente. Com a Lei de 1871, o Estado interfere de forma definitiva manumissão, regulando o pecúlio, a alforria

⁴ Erivaldo Fagundes Neves, *Uma comunidade sertaneja da sesmaria ao minifúndio: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local)* Salvador: EDUFBA, Feira de Santana:UEFS, 2008.

⁵ Mieko Nishida, “As alforrias e o papel da etnia na escravidão urbana: Salvador, Bahia, 1808-1888”, *Estudos Econômicos*, vol. 23, nº 2 (1993), pp. 227 a 267; Daniele Santos de Souza, “Nos caminhos do cativo, na esquina com a liberdade: alforrias, resistência e trajetórias individuais na Bahia setecentista”, in Lisa Earl Castilho, Wlamyra Albuquerque e Gabriela dos Reis Sampaio (orgs.), *Barganhas e querelas da escravidão: tráfico, alforria e liberdade (séculos XVIII e XIX)*, Salvador: EDUFBA, 2014. pp. 103 a 135.

e instaurando a crise de autoridade senhorial, golpeando duramente esta que era uma das bases da sustentação escravista, reforçando as conclusões de Sidney Chalhoub sobre esta crise.⁶

No terceiro capítulo, Almeida utiliza uma amostra de inventários *post mortem*, correspondente a 1.477 cativos para discutir o quanto ao perfil do escravizados, para suprir a ausência de censos anteriores a 1872. Evidencia uma escravaria majoritariamente nascida no Brasil, mas com presença de escravo africano que oscilou entre 30 a 40% ao longo do período analisado, sendo estes de composição étnica variada, com predominando de Angola e Mina. Na análise do perfil dos alforriados constata um predomínio dos nascidos no Brasil, dentre estes, as mulheres foram alforriadas com mais frequência que os homens. Entre os africanos a população feminina também esteve na dianteira, sendo as etnias, Mina e Angola as mais beneficiadas, o que refletiu a composição étnica dos africanos como um todo. Por limitação que sofre todo o pesquisador em função de suas fontes, não foi discutida a proporção das alforrias em relação à população escrava total, índice importante para reflexão sobre o impacto da manumissão naquela sociedade.

A relação senhor-escravo é discutida especialmente no último capítulo e a partir do ponto de vista senhorial. As justificativas dos escravistas para alforriar foram reconhecimento pelos bons serviços, pagamento e afetividade. A alforria na pia batismal beneficiou mormente a filha da escrava doméstica e os filhos do senhor com suas escravas. As alforrias testamentárias decresceram ao longo do século XIX, e se referiam a alforrias condicionais pagas, ou sob coartação.

De inspiração Thompsiana, como boa parte dos trabalhos monográficos sobre os sertões e da historiografia recente sobre a escravidão em geral no Brasil, vai buscar nas fontes as experiências vivenciadas de cativos e senhores, reforçando o desmonte uma conclusões equivocadas sobre a escravidão dos estudos com base em relatos de viajantes ou de visões de terceiros. A relação do escravo com o seu senhor escravo é buscada ao longo do trabalho e em especial no último capítulo. Tal relação é componente obrigatória para o entendimento da escravidão segundo as lições de Eugene Genovese.⁷ Por essa lógica, da relação cotidiana surgiu uma simbiose em que senhores e escravos modelaram

⁶ Sidney Chalhoub, *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*, Companhia das Letras, São Paulo: 2011.

⁷ Eugene Genovese, *A terra prometida, o mundo que os escravos criaram*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

um ao outro, emergindo estratégias de dominação e resistência. Os escravistas, sabedores da insustentabilidade do regime sem que fossem feitas concessões mínimas, lançavam mão de artifícios na tentativa de estabelecer um controle dos escravos. Utilizando dessas concessões, os escravizados agiam para fugir à desumanização conseguindo, por vezes, a liberdade. O paternalismo de Thompson adaptado à interpretação das relações escravistas no Brasil.⁸

Sob influência especialmente dos estudos Eugene Genovese, boa parte da nova historiografia da escravidão no Brasil tem se debruçado sobre o estudo da relação senhor escravo. Não obstante, esta abordagem está longe de ser unanimidade. Há os que advogam que pautar a análise tão somente por este viés é empobrecer a experiência dos escravizados. Pesquisas mais recentes apontam para imprescindibilidade de análise das relações da sociedade com a alforria e os alforriados, surgindo a necessidade de equilibrar o estudo dos modos e oportunidade de obter a alforria com o a análise da experiência do sujeito em liberdade. A precariedade estrutural da liberdade; situações de confusão entre condição étnica e situação jurídica; a suspeição e controle sobre as pessoas de cor; a atuação estatal mediando as relações e a própria sensação de insegurança do negro em liberdade clamam por necessidade de análises que somente a relação senhor-escravo não dá conta de suprir.⁹

De grande contribuição para historiografia por apresentar aspectos importantes de Rio de Contas, além de revelar elementos importantes para entendimento da alforria e da relação senhor escravo em regiões distantes dos grandes centros urbanos, o livro é de leitura obrigatória para especialistas e para todos que querem ter uma melhor compreensão do Brasil. Os sertões baianos estão em festa.

⁸ E.P. Thompson, “Patrícios e Plebeus” in *Costumes em comum – Estudos sobre cultura popular tradicional*, São Paulo: Companhia das letras, 1998. pp. 25 a 85.

⁹ Sidney Chalhoub, Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX) *História Social* nº 19, segundo semestre de 2010. e *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*, São Paulo, Companhia da Letras: 2012.